



CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: ESTUDO COMPARATIVO DA REGIC-IBGE 2007 E 2018

Autoras: Carolina Ana Silveira Brenner (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UDESC); Luiza Biazus Cortina (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UDESC); Michele Staub de Brito (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UDESC); Prof. Dra. Renata Rogowski Pozzo (Professora do Departamento de Geografia e do PPGPlan - FAED/UDESC).

Resumo:

A publicação da pesquisa “Regiões de Influência das Cidades” (Regic-IBGE) de 2018 rompeu com uma marcante característica da rede urbana catarinense: a ausência de uma metrópole polarizadora do território. Tal pesquisa compreende uma análise da rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades. A Regic 2018 apresenta como principal alteração de hierarquia em relação à Regic 2007 três novas metrópoles: os Arranjos Populacionais de Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Campinas (SP). A região de influência de Florianópolis também se apresentou alterada, passando a englobar a área de influência da Capital Regional Joinville. O presente artigo busca compreender a natureza do processo de metropolização de Florianópolis, realizando uma análise comparativa das Regics-IBGE 2007 e 2018.

Palavras-chave: Florianópolis. Metropolização. Regic-IBGE.

1 Introdução

A publicação da última pesquisa “Regiões de Influência das Cidades” (Regic-IBGE), em 2020, apresentando um cenário de 2018 (IBGE, 2018), rompeu com uma marcante característica da rede urbana catarinense: a ausência de uma metrópole polarizadora do território¹. Tal pesquisa compreende uma análise da rede urbana brasileira, estabelecendo a

¹ É interessante destacar que, mesmo até então não apresentando uma condição de metrópole, Florianópolis veio a polarizar grandes transformações na geografia brasileira, quando sediou o IX Congresso Brasileiro de Geografia em 1940, considerado o primeiro congresso de Geografia Moderna do país e o despertar do interesse pelos estudos sobre a urbanização brasileira por parte dos geógrafos (VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013). Na ocasião, Pierre Monbeig “presidiu a Comissão Técnica de Geografia Humana, que em sessão plenária solicitou a inclusão da Seção de Geografia Urbana em congresso subsequente” (RBG 1940, p.630 apud VIEIRA; NAPOLEÃO; ROCHA, 2013, p.3). Neste congresso, o geógrafo catarinense Victor Antônio Peluso Jr participava da comissão de Monografias Regionais, e veio depois a organizar o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, a partir do qual foi publicado o Atlas Geográfico de Santa Catarina, em 1958 (VIEIRA; NAPOLEÃO; ROCHA, 2013). Este atlas, que serviu de modelo para outros atlas estaduais, contém um capítulo intitulado “O Habitat: seleção de exemplos do habitat urbano e rural nas diferentes zonas do Estado”, organizado por Armen Mamigonian, cuja introdução apresenta a seguinte síntese: “...Florianópolis, Blumenau,



hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades². Segundo IBGE (2018, p. 13), “as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades”.

Nas pesquisas sobre a rede urbana publicadas pelo IBGE até 2007, Florianópolis figurou na hierarquia urbana como centro regional ou submetropolitano. A Regic 2007 versava que “Nas redes mais consolidadas, as transformações são mais restritas, e sublinham o crescente comando das capitais estaduais. [...] Florianópolis assume o controle de quase todo o Estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede de Joinville, no norte, que continua diretamente ligada a Curitiba) e passa a ter dupla vinculação, participando da região de influência de Curitiba e da de Porto Alegre” (IBGE, 2007, p. 18).

A Regic 2018 apresenta como principal alteração de hierarquia em relação à Regic 2007 três novas metrópoles: os Arranjos Populacionais de Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Campinas (SP) (IBGE, 2020). A região de influência de Florianópolis também se altera, passando a englobar a área de influência da Capital Regional Joinville. A pesquisa demonstra

Joinville, Lajes, etc, apesar de pertencerem a séries urbanas distintas, não chegam a ser verdadeiras capitais-regionais e suas zonas de influência não abrangem todo o território estadual. Este, na realidade, sofre fortes influências de São Paulo, Rio, Porto Alegre e Curitiba. Daí dizer-se que Santa Catarina “tem interior, não tem capital.” (VIEIRA; NAPOLEÃO; ROCHA, 2013, p.10). Nas décadas de 1960 e 1970 serão realizadas algumas pesquisas sobre a formação e evolução da rede urbana de Santa Catarina, por Armen Mamigonian (“Vida regional em Santa Catarina”), Victor Antônio Peluso Júnior (“A classificação funcional das cidades e sua evolução”, 1974) e Etienne Luiz Silva (“O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina”, 1978). (VIEIRA; NAPOLEÃO; ROCHA 2013). “Estudos que, à época, buscaram revelar as particularidades da rede urbana catarinense, como a constatação da ausência de metrópole própria e a formação de pequenas zonas urbanas independentes no estado, atestando a ausência de uma unidade espacial em Santa Catarina, explicada pelo Prof. A. Mamigonian a partir da relação sociedade-natureza, destacando o papel da pequena produção mercantil no processo de acumulação e territorialização do capital”. (VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013, p.13).

² O primeiro estudo do gênero realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) remonta a década de 1960, intitulado “Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados”, de 1967. Na sequência, em 1972, foi publicada a pesquisa “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”. Em 1987 foi publicada a primeira pesquisa intitulada como “Regiões de Influência das Cidades”, seguida por novas versões em 2000, 2007 e a última em 2018. Os primeiros estudos sobre a rede urbana brasileira iniciam na década de 1940 com Pierre Deffontaines e Michel Rochefort (BASTOS; CASARIL, 2016), este último, cuja presença no IBGE “[...] contratado como assessor técnico, é decisiva para a disseminação das ideias e pesquisas sobre a vida de relações, setor terciário urbano, áreas de influência, rede de cidades”. (VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013, P.10). Em escala nacional, pode-se afirmar que o primeiro estudo realizado tenha sido o de Pedro P. Geiger em 1963, “Evolução da rede urbana brasileira” (VIEIRA, NAPOLEÃO, ROCHA, 2013).



que, apesar de incorporar todo território estadual, Florianópolis representa uma região de influência pouco extensa em comparação com as demais metrópoles (IBGE, 2018).

O presente artigo busca compreender a natureza do processo de metropolização de Florianópolis, realizando uma análise comparativa das Regics-IBGE 2007 e 2018³. Busca-se entender as especificidades dessa nova metrópole, condicionadas por processos históricos e geográficos em escala estadual, nacional e global.

De acordo com IBGE (2020, p. 5) “Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das Cidades são a atração entre as Cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos”. Portanto, para compreender a posição das metrópoles na hierarquia urbana proposta pelas Regics, é fundamental considerar os conceitos de *city-ness* e *town-ness*.

Os resultados da Regic são obtidos a partir de 4 etapas (IBGE, 2020)

- 1) Definição da centralidade de gestão do território (CGT) das Cidades, classificação em 5 grupos de CGT e identificação das ligações entre Cidades por gestão do território. (City-ness)
- 2) Definição dos destinos principais para busca de bens e serviços, cálculo do Índice de Atração das Cidades e identificação das Metrópoles.(Town-ness)
- 3) Encadeamento da rede de Cidades e estabelecimento das regiões de influência.
- 4) Definição da hierarquia dos centros urbanos remanescentes e ajuste dos vínculos de Capitais Regionais

Metodologicamente, a Regic 2018 (IBGE, 2018, p. 76) esclarece que o “nível 1, no qual o *city-ness* é preponderante e não houve aplicação de questionário, tem suas ligações definidas exclusivamente pela gestão do território.” Segundo Silva, O’Neill e Souza (2019), tradicionalmente, a base para elaboração dos estudos sobre redes de cidades era a Teoria dos Lugares Centrais, elaborada por Christaller na década de 1960. Essa teoria descreve o processo de articulação que estrutura uma rede nomeado por Peter Taylor de *town-ness*, no qual a centralidade é definida pelos espaços de consumo e circulação e a quantidade e diversidade de atividades concentradas em uma cidade: “As relações externas que ligam um lugar urbano a sua hinterlândia nós nomeamos de ‘*town-ness*’. Argumentamos que, em razão

³ Este artigo se insere na pesquisa maior intitulada “Os atacarejos e a fragmentação do tecido urbano: consequências cotidianas para o morador da Grande Florianópolis”, desenvolvida junto ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (2020-2023).



de todos os locais urbanos terem hinterlândias, eles são produtos do *town-ness*, mas a importância deste processo irá variar entre os locais urbanos”. (SILVA; O’NEILL; SOUZA, 2019).

Os autores expõem que, a partir das contribuições de Allen Scott, Manuel Castells e Saskia Sassen, Peter Taylor irá demarcar o processo de *city-ness*, essencialmente descrito pela Teoria dos Fluxos Centrais, considerando as ligações transnacionais e os centros de gestão como componentes essenciais da polarização das redes urbanas. “Geralmente, os lugares urbanos maiores são menos constituídos pelo *town-ness* e mais pelo segundo processo de relações externas urbanas: *city-ness*. Este processo representa relações entre cidades que são amplamente horizontais e além da hinterlândia”.

Sassen (2002 apud IBGE, 2014, p. 12) argumenta que “as regiões de influência de cidades clássicas, formando áreas estanques, definidas pelo encadeamento de hierarquia entre os centros urbanos passam a ser apenas uma das formas de organização do território engendrado pelo funcionamento da economia de mercado – o que não quer dizer sem importância”. Segundo IBGE (2014):

Portanto, torna-se necessária também a compreensão dos relacionamentos que se estabelecem à distância, porque a mobilidade aumentada do capital – com multilocalização das unidades produtivas, dos negócios e investimentos a distância – necessita ser administrada, coordenada e atendida por serviços. Essas atividades são frequentemente atreladas aos lugares onde existe um ambiente econômico e institucional propício para que elas floresçam, daí a necessidade de entender as redes de gestão do território que as conectam.

Neste artigo, inicialmente será apresentada uma análise comparativa sobre as transformações em termos de hierarquia urbana e região de influência de Florianópolis entre as Regics 2007 e 2018. O aspecto do *city-ness* do Arranjo populacional de Florianópolis, fundamental para sua elevação na hierarquia, passando a ser considerada metrópole em 2018, será analisado no capítulo 3, com base especialmente na publicação Gestão do Território (IBGE, 2014) e na Nota Metodológica da Regic 2018 (IBGE, 2020). Para compreender as alterações na dinâmica interna do Arranjo Populacional engendradas no processo de metropolização, será analisada a pesquisa Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016), e apresentada no capítulo 4⁴.

⁴ Destaca-se que a Regic 2018 beneficiou-se destes estudos anteriores sobre Gestão do Território e Arranjos Populacionais (IBGE, 2018).



2 Alterações na Hierarquia e na Região de Influência de Florianópolis entre 2007 e 2018

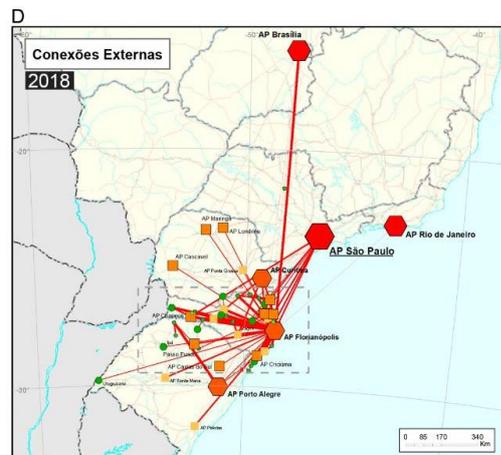
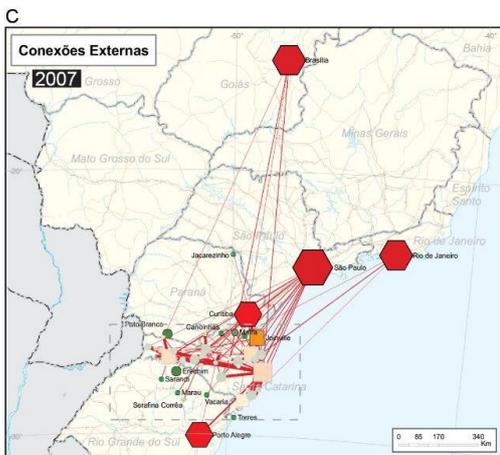
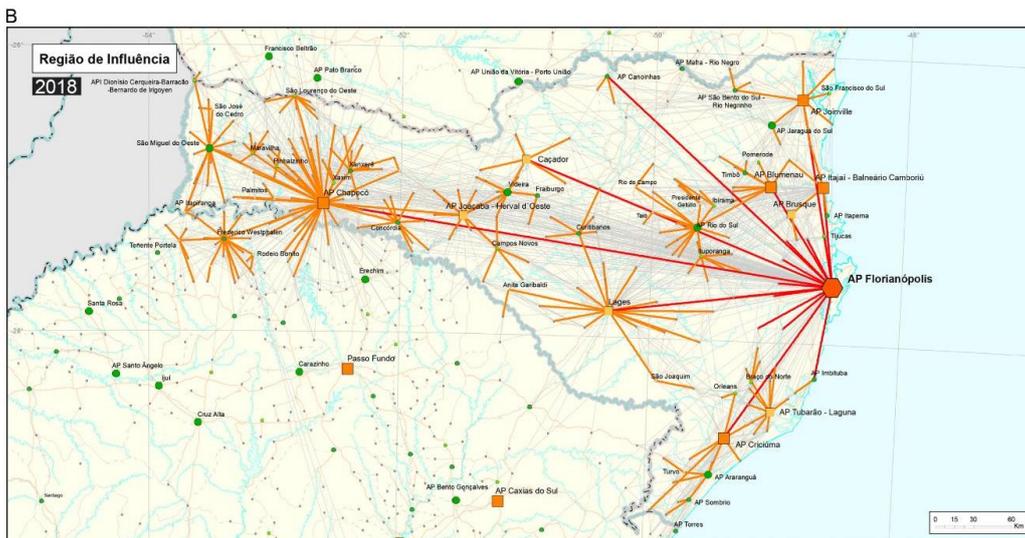
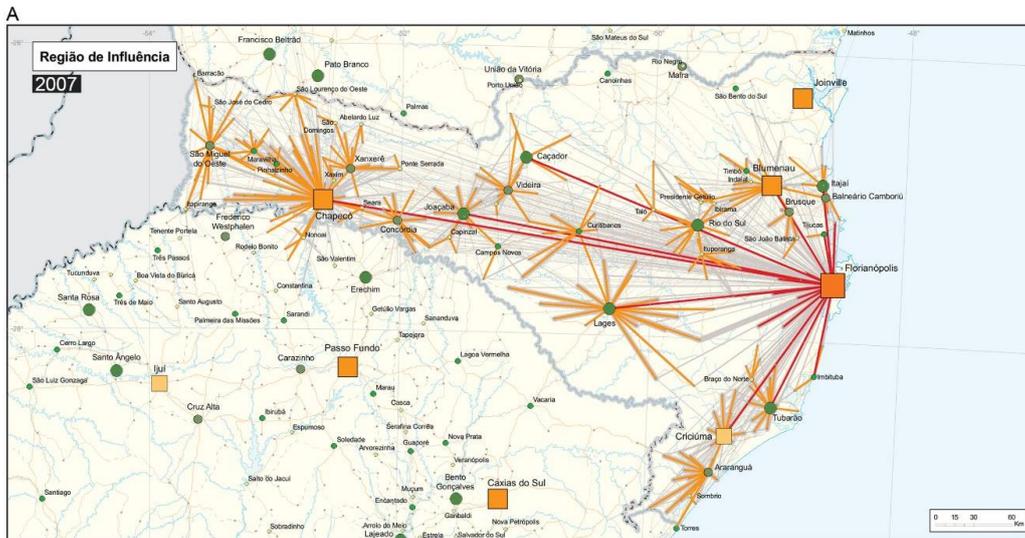
Segundo IBGE (2020, p. 29), “a rede urbana é uma estrutura do espaço geográfico formada por posições relativas das Cidades num contexto geral, o que significa dizer que as alterações sofridas por uma ou mais Cidades invariavelmente produzem efeitos em outras cidades”. A Regic 2007 apresentou a rede urbana brasileira formada por 12 metrópoles, que “caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta”. Em posição secundária na hierarquia urbana aparecem as capitais regionais:

integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

Florianópolis figurava como uma Capital Regional A, que inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas, cidade que também foi elevada à Metrópole em 2018. Deste grupo faziam parte 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes. Em 2007, Florianópolis apresentava aproximadamente 400 mil habitantes, o que a localizava, em termos populacionais, junto às 20 cidades que compunham o grupo das Capitais Regionais B, que possuíam medianas de 435 mil habitantes. Esse fato demonstra outra característica da rede urbana catarinense, que é a presença da pequena cidade.

Em relação às regiões de influência, Florianópolis integrava simultaneamente as áreas de Curitiba e Porto Alegre. O mapa A (Figura 1) apresenta a região de influência de Florianópolis, e demonstra que a cidade “assume o controle de quase todo o Estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede de Joinville, no norte, que continua diretamente ligada a Curitiba) e passa a ter dupla vinculação, participando da região de influência de Curitiba e da de Porto Alegre.”

Figura 1 - Regiões de Influência e Conexões Extenas de Florianópolis segundo as Regics 2007 e 2018



Fonte: IBGE, 2007; IBGE, 2018. Elaborado pelas autoras.

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva
15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



A Regic 2018 define as metrópoles como “as cabeças de rede, os elos finais da rede urbana, de modo que todos os centros urbanos do País terminam por se direcionar a uma Metrópole direta ou indiretamente, mesmo que passem por diversas Cidades como intermediárias nesse caminho.” Apresentou 15 centros como metrópoles: “os Arranjos Populacionais de São Paulo/SP, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Belém/PA, Belo Horizonte/BH, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA e Vitória/ES”.

A Nota Metodológica da Regic 2018 (IBGE, 2020), destaca que a principal alteração de hierarquia em relação a 2007 foi a identificação de três novas Metrópoles, os Arranjos Populacionais de Vitória/ES, Florianópolis/SC e Campinas/SP, que em 2007 possuíam nível de Centralidade de Gestão do Território que foi insuficiente para ocuparem o topo da hierarquia urbana.

Todas elas possuem articulação com muitas Cidades do País, independente da distância (relações de city-ness e Centralidade de Gestão do Território). Isso porque elas possuem um elevado número de empresas multilocalizadas e importantes órgãos públicos com jurisdições, o que as fazem exercer papel de comando e gestão perante outras Cidades, bem como relações não hierárquicas de longa distância. Todas elas atraem contingentes populacionais muito significativos de outras Cidades para acessarem bens e serviços. (IBGE, 2020, p. 32)

Especificamente quanto ao Arranjo Populacional de Florianópolis (Figura 1 - mapa B), a Nota Metodológica aponta que:

Manteve o tamanho geral de sua hinterlândia, predominantemente no Estado [de] Santa Catarina e em algumas Cidades no extremo norte do Rio Grande do Sul. A classe de CGT [centralidade de gestão do território] passou para o nível mais elevado (grupo 1), o que explica sua subida no nível hierárquico juntamente com o Índice de Ajuste das Metrópoles, que também leva em conta a atratividade de populações de outras Cidades para comércio e serviços (Índice de Atração).(IBGE, 2020, p. 33)

A Regic 2018 destaca o contexto estadual específico de Santa Catarina, com a presença importante de diversas capitais regionais “para as quais convergem as ligações das Cidades de menor hierarquia e, a partir dessas Capitais Regionais, estabelece-se a influência de Florianópolis”. A Regic destaca ainda que:

Trata-se de uma rede bem-encadeada, composta por diversos níveis hierárquicos intermediários e Capitais Regionais com grande dinamismo econômico [...]. Destacam-se os Arranjos Populacionais de Chapecó/SC – polarizando grande parte do oeste catarinense, com alcance até o noroeste do Rio Grande do Sul –, de Criciúma/SC no sudeste do estado, de Joinville/SC no nordeste, de Blumenau/SC e o Arranjo Populacional de Itajaí



- Balneário Camboriú/SC ao norte da Metrópole de Florianópolis. A região de influência de Florianópolis é pouco extensa em comparação com as demais [metrópoles], sendo a quarta menor com menos de 100 mil km².

3 City ness: as metrópoles e a gestão do território

Como já mencionado na Introdução, a identificação das relações de longa distância entre os centros urbanos, geradas por combinações de comando e gestão, e, por conseguinte, das cidades que são centros de gestão do território, é o primeiro e fundamental passo para estabelecer um nível inicial de referência para a hierarquia das cidades. Ponto especialmente importante para retratar as ligações entre as cidades colocadas nos níveis mais altos da hierarquia urbana, como Florianópolis (IBGE, 2020).

Em 2014, o IBGE (2014) publicou a pesquisa intitulada Gestão do Território, que serviu de base para o desenvolvimento das análises sobre o tema junto a Regic 2018. Nesta, considera que “o Estado e o Mercado são as duas Instituições com o maior poder estruturador do espaço” (IBGE, 2014, p. 10), neste sentido, o território nacional pode ser visto como um “mosaico formado pela justaposição das novas redes empresariais com aquela de organização centrada no Estado, herdada de períodos históricos anteriores, onde a forma centro-periferia permanece com relativa relevância” (IBGE, 2014, p. 12).

Centralidades desse tipo costumam se conectar diretamente ao mercado global, de acordo com a capacidade que apresentam de desenvolver a infraestrutura técnica e social necessária para abrigar redes de ligações complexas entre firmas, possibilitar transferências financeiras, circulação intensiva de bens, serviços e mão de obra (IBGE, 2016). No contexto da acumulação flexível, o papel que as metrópoles assumem de centros de coordenação de processos produtivos geograficamente descentralizados aumenta a importância das atividades ligadas à gestão do território. Alan Lipietz (1989, p. 356) ao tratar do fordismo central (países desenvolvidos) e periférico (não desenvolvidos e em desenvolvimento) relaciona esses dois processos em escala mundial pela nova divisão internacional do trabalho que seria "a divisão internacional intra-industrial (...) que depende de uma tripartição de tipo fordiano: (I) engenharia e tecnologia avançadas [países centrais] ;(II) atividades produtivas "banalizadas" , ainda que exigindo uma certa qualificação;(III) atividades de qualificação especializada facilmente adquirível". Ao importarmos essa lógica para a escala nacional, pode-se atribuir as características (I) principalmente, às metrópoles, enquanto (II) e (III) as demais cidades da região de influência, a depender do papel de cada uma na circulação do capital. Por isso, “a presença de sedes de empresas e de órgãos de gestão pública compõem



a dimensão da gestão do território, são determinantes do *city ness* da cidade, e, por sua vez, para a classificação desta como metrópole” (IBGE, 2014, p. 11).

3.1 Gestão Pública

Para identificar centralidades de gestão pública, a pesquisa Gestão do Território (IBGE, 2014) selecionou instituições públicas federais pertencentes aos poderes executivo e judiciário que se organizam de forma descentralizada, multilocalizada e hierarquizada, de modo a verificar articulações de gestão do território. Entende-se que as sedes de instituições estatais são polos de tomada de decisão e suas unidades descentralizadas propagam decisões ao mesmo tempo em que são pontos de referência para a prestação de serviços à população (IBGE, 2020). Foram elas o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e o próprio IBGE. Foram então identificados cinco níveis de centralidade nos quais foram distribuídas as cidades, de acordo com a fórmula de Centralidade de Gestão Pública (CGP).

Brasília (DF), sendo a cabeça da rede de gestão pública, tem no Rio de Janeiro (RJ) o segundo nível, em virtude de a cidade guardar forte presença das instituições públicas, herança do período em que foi capital. São Paulo (SP) e Recife (PE) encontram-se no nível imediatamente inferior, seguindo-lhes Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). O quinto nível corresponde a Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Belém (PA), seguido pelo sexto nível, as demais capitais do Nordeste, do Centro-Oeste, Vitória (ES), assim como Porto Velho (RO) e Manaus (AM). (IBGE, 2014, p.67).

Analisando comparativamente a posição de Florianópolis na rede urbana brasileira e catarinense, observa-se que entre as Regics 2007 e 2018, a cidade sobe na hierarquia em termos de Gestão Federal, Gestão do Território e Atividades Financeiras (esta última, em conjunto com outras cidades como Blumenau, Criciúma, Itajaí e Jaraguá do Sul), esferas relacionadas aos atributos do *city-ness*. A Regic 2018 parte da mesma metodologia da pesquisa Gestão do Território, porém realizou novo levantamento de dados relativos às instituições entre os anos de 2018 e 2019, de forma que seus resultados são comparáveis, bem como com os da Regic 2007 (IBGE, 2020), uma vez que a pesquisa Gestão do Território teve a Regic 2007 como ponto de partida.

3.2 Gestão Empresarial

As redes empresariais formadas por sedes e unidades locais são reveladoras das formas de organização territorial, pois sua localização é influenciada por padrões espaciais prévios, ao mesmo tempo em que promovem centralidade. Segundo IBGE (2014, p. 73): “A



função urbana de direção e decisão é traduzida pela distribuição de investimentos e trabalho no território”. A pesquisa Gestão do Território (IBGE, 2014) também buscou mapear os municípios que se destacam no provimento de serviços avançados de apoio às empresas em escala nacional, já que “As especificidades destes serviços funcionam como elementos catalizadores para tornar determinadas cidades em locais-chave da produção” (IBGE, 2014, p. 73). Foram levantados três aspectos da gestão empresarial: intensidade das ligações entre sedes e filiais; assalariados externos; terciário avançado.

3.2.1 Sedes e Filiais - Intensidade das ligações

Utilizando dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre-IBGE), cujo ano de referência é 2011 e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, a pesquisa verificou a intensidade de ligações, que reflete o somatório de dois aspectos: “interações entre sedes e filiais, considerando cada município em sua possibilidade de abrigar estabelecimentos-sedes locais que se articulam com sucursais externas ao seu território e, ao mesmo tempo, levando em conta a presença de filiais atraídas aos seus domínios, sendo estas geridas por matrizes instaladas fora dos seus limites” (IBGE, 2014, p. 74).

Nesse quesito, a cidade de São Paulo ocupa a primeira posição da classificação, seguida do Rio de Janeiro e de Brasília. Florianópolis integra o quarto nível, junto com os municípios paulistas de Barueri, Guarulhos, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, Santos e Santo André; as capitais Goiânia (GO), Vitória (ES), Manaus (AM), Cuiabá (MT), Belém (PA), Campo Grande (MS) e Natal (RN); e também as cidades de Londrina (PR), Contagem (MG), Maringá (PR), Uberlândia (MG), Joinville (SC), Caxias do Sul (RS) e Itajaí (SC).

Percebe-se a inclusão de muitas cidades que não foram classificadas como metrópoles na Regic 2007, a exemplo de Florianópolis. Sobre isso, a pesquisa Gestão do Território explica que ampliou a análise sobre a intensidade das ligações para além do enfoque metropolitano, considerando as capitais regionais e centros sub-regionais como objetos de análise. Isto porque as análises do Censo Demográfico 2010 apontaram novos eixos de deslocamentos populacionais direcionados para esses níveis hierárquicos. Assim, pode-se verificar situações específicas como a de Santa Catarina:

Com efeito, Santa Catarina encabeça o *ranking* das Unidades da Federação (média de 1.125), tendo como expoentes as cidades de Itajaí e Blumenau, respectivamente, com intensidade de 3.275 e 3.057. Os números destes municípios estão próximos aos de uma capital como Belém (PA), sendo que, se considerados juntos, seus valores se aproximam daqueles alcançados pela Metrópole de Goiânia (GO). Esse padrão significativo se expressa de



forma indelével nos valores do indicador de intensidade. Neste quesito, constata-se que a média das Capitais Regionais e dos Centros Sub-Regionais, igual a 623, é superior à média municipal geral de 275, atribuída ao maior domínio brasileiro: a Região Sudeste, sem a aplicação de distinções de hierarquia urbana. (IBGE, 2014, p.78).

A análise também apresentou uma leitura dos fluxos entre pares de municípios, em que a ligação Florianópolis-São José figurou no quinto nível de intensidade, junto a outros pares formados por núcleos urbanos relativamente próximos entre si: Aparecida de Goiânia - Goiânia (GO), Jaboatão dos Guararapes - Recife (PE), Canoas - Porto Alegre (RS), Lauro de Freitas - Salvador (BA), São José dos Pinhais - Curitiba (PR), Cotia - São Paulo (SP) e Vila Velha - Vitória (ES). Além disso, demonstrou que o principal par longínquo de Florianópolis é a cidade de São Paulo.

É importante destacar que a Regic utiliza apenas este aspecto para definição da centralidade de Gestão Empresarial. A centralidade das cidades em relação a função empresarial foi medida na Regic 2018 através do CEMPRE, tendo como ano de referência 2016:

Definiu-se a presença mínima de três empresas multilocalizadas e de pelo menos três diferentes Cidades conectadas por essas empresas para que uma Cidade fosse considerada centro de gestão empresarial. Dessa forma, se estabelece um critério mínimo de articulação da gestão tanto no nível econômico (quantidade de empresas) quanto no territorial (quantidade de Cidades articuladas), focando-se, assim, nos principais nós da rede. (IBGE, 2020, p. 9)

Mesmo não alterando sua importância em Gestão Empresarial entre as Regic 2007 e 2018, Florianópolis está entre os 25 maiores centros no Brasil, atrás, em Santa Catarina do AP Itajaí-Balneário. Em termos de gestão empresarial, a Regic 2018 coloca que todas as ligações são polarizadas por São Paulo, e que ligações secundárias partem das metrópoles de Belém e Goiânia para Brasília, de Vitória para o RJ e de Florianópolis para Porto Alegre e Curitiba.

3.2.2 Assalariados externos

Os assalariados externos compreendem o conjunto dos trabalhadores lotados fora dos limites municipais em que estão situadas as empresas-sede. Florianópolis aparece na quarta classe hierárquica, junto a outras centralidades então fora do âmbito metropolitano e também situadas em Santa Catarina: “Itajaí (SC) e Concórdia (SC) são Centros Sub-Regionais de expressão, situados nesta categoria. Ambos respondem pelos comandos de 61.852 e 55.415



funcionários, respectivamente, a maior parte dos quais lotada fora dos limites municipais (63,7%) e vinculados, em grande parte, à criação de suínos, aves e outros pequenos animais” (IBGE, 2014, p. 92)

3.2.3 Serviços externos – terciário avançado

Trata-se dos serviços avançados de apoio às empresas conhecidos como “terciário avançado”, e compreendem atividades voltadas às empresas vinculadas aos circuitos econômicos superiores, onde "a maior parte das suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda porque esse circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional" (SANTOS, 2003, p.126). Compreendem serviços como contabilidade, publicidade e propaganda, serviços financeiros, de informação, educacionais e culturais de alto nível, consultorias em gestão e advocacia, seguradoras e previdência privada. Atualmente, o mercado de trabalho das metrópoles concentra os setores do terciário avançado: “Mais de 70,0% das pessoas economicamente ativas ocupadas nesses setores estão localizadas nas principais concentrações urbanas do País” (IBGE, 2016, p.16)

Segundo a pesquisa (IBGE, 2014), “a concentração dessas atividades se faz presente nas aglomerações metropolitanas mais dinâmicas, em conjunto com empresas parceiras e firmas especializadas em um ambiente de concentração de competências, tanto informacionais quanto de infraestrutura”. Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p.28) ao tratarem da periodização dos meios geográficos colocam que no meio técnico-científico-informacional as "informações e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave." Incluem-se entre estas variáveis as infraestruturas de circulação, como aponta Santos e Silveira (2006, p. 49): "(...) ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial representada pela presença das infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso."

Neste quesito, São Paulo e Rio aparecem no primeiro nível da classificação, e Florianópolis figura na terceira hierarquia. Destaca-se, em relação ao contexto de Florianópolis, os crescentes investimentos em indústria de Tecnologia e Informação que têm



origem na década de 1990 e culminaram com o lançamento da marca “Florianópolis, Capital da Inovação”.

4 Aspectos da dinâmica interna do Arranjo Populacional de Florianópolis

A Regic 2018 considera como metrópole não o município isolado, mas seu arranjo populacional formado por municípios tidos como indissociáveis, portanto, uma unidade urbana: "Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais" (IBGE, 2016, p.23). A unidade territorial Arranjo Populacional foi inserida em substituição às Áreas de Concentração de População (ACPs), utilizadas pela Regic 2007. Desta forma, todos os municípios que compõem um Arranjo Populacional foram considerados como uma unidade urbana, ou seja, um único nó da rede urbana.

A pesquisa sobre os Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil, publicado pelo IBGE em 2016, amplia a noção de cidade ou de urbano, considerando os critérios de contiguidade ou proximidade espacial (dos fixos) e integração ou proximidade organizacional (dos fluxos). Além dos diversos arranjos populacionais identificados, apresentou grandes concentrações urbanas, como representantes do "alto escalão da urbanização brasileira". Trata-se de 26 grandes concentrações com mais de 750.000 habitantes que reúnem 41,5% da população brasileira, as quais 12 tinham papel metropolitano (segundo a Regic 2007). Santa Catarina apresentou diversos arranjos populacionais, porém somente uma grande concentração urbana, a de Florianópolis, formada pelos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Destes, apenas São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos e Águas Mornas não faziam parte da ACP de Florianópolis, escala de recorte da Regic 2007. Os critérios para delimitação das grandes concentrações urbanas foram: dimensão e forma urbana das concentrações, considerando o número de municípios e o tamanho populacional; intensidade dos fluxos de deslocamento; PIB a preços correntes; quantitativo de sede de empresas.

As grande concentrações foram agrupadas em três grupos, segundo o critério populacional: acima de 750.000 a 1.000.000 de habitantes (no qual o AP Florianópolis se enquadra - ver Tabela 1); acima de 1.000.000 a 2.500.000 de habitantes; e maiores que 2.500.000 habitantes.

Tabela 1 - População residente estimada do AP-Florianópolis entre 2007 e 2018

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva
15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021

	2008	% do AP	2018	% do AP	crescimento %
Águas Mornas (SC)	4.520	0,54	6.378	0,61	29%
Antônio Carlos (SC)	7.375	0,88	8.411	0,81	12%
Biguaçu (SC)	55.665	6,62	67.458	6,50	17%
Florianópolis (SC)	402.344	47,86	492.977	47,55	18%
Governador Celso Ramos (SC)	12.611	1,50	14.333	1,38	12%
Palhoça (SC)	128.360	15,27	168.259	16,23	24%
Paulo Lopes (SC)	7.256	0,86	7.418	0,71	2%
Santo Amaro da Imperatriz (SC)	18.266	2,17	22.905	2,20	20%
São José (SC)	199.280	23,70	242.927	23,43	18%
São Pedro de Alcântara (SC)	5.038	0,60	5.709	0,55	12%
TOTAL DO AP	840.715		1.036.775		19%

Fonte: IBGE - Estimativas da População. Elaborado pelas autoras.

Neste grupo, Florianópolis se destaca em função dos grandes valores de deslocamentos para trabalho e estudo somando "122.101 pessoas, das quais 44,9% (54.813 pessoas) se movimentam entre os Municípios de Florianópolis e São José, e 17,1% (20.846 pessoas), entre Florianópolis e Palhoça". (IBGE, 2016, p.49). Destaca-se que o índice de integração entre os municípios do arranjo de Florianópolis é o maior dentre todas as grandes concentrações urbanas brasileiras, o que indica que a cidade, além de polarizar todo o estado enquanto metrópole, exerce forte influência sobre sua região próxima. Este aspecto é importante para a compreensão do processo de metropolização de Florianópolis, pois, conforme Alves e Baeninger (2008, p.10):

A ideia de uma dinâmica econômica integrada está diretamente ligada à expansão do espaço de reprodução social da população para mais de um município, implicando o distanciamento dos espaços moradia-trabalho ou moradia-estudo. Muitos autores exploram a elevação do nível de comutação como um dos indicadores mais importantes para a identificação de uma dinâmica metropolitana.

Souza e Sugai (2018, p. 82), em um artigo que analisa a desigual alocação dos conjuntos habitacionais do MCMV na grande Florianópolis, argumentam que "a distribuição demográfica na região metropolitana de Florianópolis, aliada à concentração de serviços e empregos na capital, em especial na área central, e à configuração física do sistema viário,



acarreta penosos deslocamentos pendulares intermunicipais diários, principalmente entre ilha e continente”. Neste contexto, o município de Florianópolis, em relação a sua área metropolitana, “é o único com mais empregos do que população economicamente ativa, o que significa que demanda um contingente de trabalhadores vindos dos municípios vizinhos preenchendo diariamente seus postos de trabalho” (SOUZA; SUGAI, 2018, p.82). Entretanto, essa demanda de trabalho ocorre para vagas de base, com salários mais baixos e menor qualificação: “as atividades dos trabalhadores de Florianópolis vindos de outros municípios são principalmente: os serviços domésticos (28,83% das vagas de Florianópolis); a construção civil (23,07% das vagas) e os serviços industriais de utilidade pública (Siup) e de administração pública (23,06% das vagas)”. (SOUZA; SUGAI, 2018, p. 82). O mesmo processo já foi indicado por Alves e Baeninger (2008, p. 38), argumentando que “a expansão populacional em direção aos municípios do entorno do núcleo metropolitano implicaria uma crescente cisão entre o lugar de moradia e de trabalho”, o que geraria também, para além do movimento pendular, um movimento migratório intrametropolitano, “no sentido de que um elevado contingente de pessoas migra do município-sede para o entorno metropolitano, mas mantém seus vínculos empregatícios no município de origem”. (ALVES; BAENINGER, 2008, p. 3).

A pesquisa dos Arranjos Populacionais e Grandes Concentrações Urbanas do IBGE (2016) também destaca que Florianópolis é a cidade com o maior número de empresas dentre as grandes concentrações urbanas brasileiras acima de 750.000 a 1.000.000 de habitantes, mesmo que em relação ao PIB figure em segundo lugar, atrás de Sorocaba/SP:

Analisando o número de empresas, "Florianópolis/SC" figura em primeiro lugar, com 36.513, superando "Sorocaba/SP" (26.680) e "Cuiabá/MT" (23.117), e corresponde a mais do dobro dos arranjos formados pelas capitais nordestinas "Teresina/PI" e "Aracaju/SE", com 16.240 e 15.022 empresas, respectivamente. Associando-se o número de empresas com o PIB, deduz-se que em "Sorocaba/SP" as empresas são de maior porte comparadas às de "Florianópolis/SC", ou possuem maior valor agregado em seus produtos. (IBGE, 2016, p. 50)

A Regic 2018 (p.15) destaca, entretanto, que “a participação da renda produzida por Florianópolis perpassa apenas 14,1% do PIB produzido por toda sua região de influência. É a menor participação do núcleo dentre as redes urbanas de primeiro nível hierárquico, revelando uma melhor distribuição territorial da geração de riqueza”. Curiosamente, ao se tornar metrópole e abarcar todo o estado em sua área de influência, sua importância relativa em alguns quesitos diminuiu (Tabela 2). A Regic 2018 também demonstrou o

desenvolvimento de outras cidades do estado, que passaram a figurar como Capital Regional B (Tabela 3), como o AP Itajaí-Balneário. Aliás, Mattei e Heinen (2021), ao analisarem o desempenho do PIB das regiões catarinenses entre 2002 e 2018, notam que a região que concentra o maior percentual do PIB do estado e também a que apresenta o maior crescimento é a região do Vale do Itajaí, sendo causado especialmente pelo crescimento dos fluxos de comércio externo vinculados ao complexo portuário e logístico de Itajaí-Navegantes. Por fim, nota-se que o caráter metropolitano não sobrepõe a tendência histórica de regionalização econômica de Santa Catarina.

Tabela 2 - Participação de Florianópolis na População PIB estadual em 2007 e 2018

	2007 (%)	2018 (%)
População	16,91	14,5
PIB	16,4	14,1
Serviços	22,53	18,2
Indústria	7,8	7,6
Agropecuária	1,94	3,6
Adm Pública	17,2	14,5

Fonte: REGIC, 2018. Adaptado pelas autoras.

Tabela 3 - Hierarquia Urbana em Santa Catarina em 2007 e 2018

	2007	2018
Metrópole	-	Florianópolis
Capital Regional A	Florianópolis	-
Capital Regional B	Blumenau, Joinville, Chapecó	Blumenau, Joinville, Chapecó, Criciúma, Itajaí-Balneário
Capital Regional C	Criciúma	Brusque, Joaçaba-Herval, Tubarão-Laguna, Caçador, Lages

Fonte: IBGE, 2007; IBGE, 2018. Adaptado pelas autoras.

Dentre os municípios que fazem parte do AP Florianópolis, 4 apresentam PIB's bilionários, sendo eles Biguaçu (1,9 bi), Palhoça (5,5 bi), São José (10,6 bi) e Florianópolis (21 bi), segundo dados de 2018 do IBGE-Cidades, e são os municípios que formam uma densa mancha de urbanização conurbada (ver Tabela 4). Florianópolis sozinha corresponde a 51% do PIB do arranjo (cujo valor total era de 41,3 bi em 2018). Somando o PIB destas 4 cidades temos o valor de 39 bi, chegamos a quase 95% do valor total do PIB do Arranjo. Entre 2010 e 2018 o valor do PIB total do arranjo cresceu cerca de 95% e, mesmo que algumas cidades tenham apresentado crescimento percentual considerável (como Governador Celso Ramos, com 147% e Antônio Carlos com 118%), a representatividade dos municípios não variou mais que 2 pontos percentuais.

Destaca-se que esses 4 municípios de maior PIB total, junto com Santo Amaro da Imperatriz, são os municípios que têm os percentuais menos representativos do PIB referente ao setor agrícola diante do seu PIB municipal total. Enquanto o PIB total do Arranjo aumentou 95% entre 2010 e 2018, o PIB agrícola subiu 46%, mas sua representatividade perante o todo caiu de 2% em 2010 para 1,5 em 2018, continuando muito pequena.

Da mesma forma, o PIB industrial cresceu 39% entre 2010 e 2018, mas sua representatividade perante o todo caiu de 19,1% para 13,4%. Com exceção de Antônio Carlos e Governador Celso Ramos, o PIB industrial perdeu representatividade percentual em relação ao PIB municipal. Em 2010, por exemplo, o PIB industrial de Florianópolis era de 1,2 bi, representando 13,2% do PIB municipal. Em 2018, este valor aumentou em 26%, passando para 1,5 bi, entretanto, passou a representar apenas 8,8% do PIB municipal total.

Tabela 4 - PIB do AP Florianópolis entre 2007 e 2018

	PIB TOTAL (milhões R\$)		PIB TOTAL (milhões R\$)		aumento %	PIB PER CAPTA (mil R\$)		aumento %
	2010	% do AP	2018	% do AP		2010	2018	
Águas Mornas	111,5	0,5	164,5	0,4	48%	20	25,8	29%
Antônio Carlos	300,5	1,4	656,1	1,6	118%	40,3	78	94%
Biguaçu	1.000	4,7	1.900	4,6	90%	17,2	27,6	60%
Florianópolis	11.276	53,1	21.059	51	87%	26,8	42,7	59%
Gov. Celso Ramos	128,1	0,6	316,5	0,8	147%	9,8	22	124%
Palhoça	2.700	12,7	5.500	13,3	104%	19,6	32,6	66%
Paulo Lopes	130,6	0,6	190	0,5	46%	19,5	25,6	31%
Sto. Amaro da Imp.	427,8	2,0	849	2,1	98%	21,6	37	71%
São José	5.115	24,1	10.607	25,7	107%	24	44	80%
São Pedro de Alc.	41,3	0,2	81	0,2	96%	8,8	14,1	60%
TOTAL DO AP	21230,8		41323,2		95%			

	PIB AGRO (milhões R\$)		PIB AGRO (milhões R\$)		aumento %	PIB IND (milhões R\$)		PIB IND (milhões R\$)		aumento %
	2010	% do PIB MUN	2018	% do PIB MUN		2010	% do PIB MUN	2018	% do PIB MUN	
Águas Mornas	22,9	23,9	44,3	28,7	93,45%	22	22,9	18,9	12,2	-14%

Antônio Carlos	141,4	50,0	161,9	26,9	14,50%	49,3	17,4	208	34,6	322%
Biguaçu	52	5,7	82	4,9	57,69%	299,5	32,8	286,4	17,2	-4%
Florianópolis	20	0,2	48	0,3	140,00%	1.181	13,4	1.492	8,8	26%
Gov. Celso Ramos	12,6	10,5	38	12,8	201,59%	7,7	6,4	29	9,8	277%
Palhoça	39,1	1,9	41,1	0,9	5,12%	634,9	30,4	739,9	16,4	17%
Paulo Lopes	14,4	11,8	29,6	16,7	105,56%	25,1	20,6	21,6	12,2	-14%
Sto. Amaro da Imp.	17,5	4,4	23	2,9	31,43%	188,8	47,1	364,4	45,7	93%
São José	6,3	0,2	8	0,1	26,98%	828,5	20,1	1.332	16,1	61%
São Pedro de Alc.	8,5	22,0	13,4	17,6	57,65%	3,2	8,3	5,7	7,5	78%
TOTAL DO AP	334,7	2% do AP	489,3	1,5% do AP	46%	3240	19,1% do AP	4497,9	13,4% do AP	39%
	PIB SEV (milhões R\$)		PIB SEV (milhões R\$)			PIB ADM PUB (milhões R\$)		PIB ADM PUB (milhões R\$)		
	2010	% do PIB MUN	2018	% do PIB MUN	aumento %	2010	% do PIB MUN	2018	% do PIB MUN	aumento %
Águas Mornas	35,7	37,2	59,9	38,7	68%	15,3	16,0	31,5	20,4	106%
Antônio Carlos	70,7	25,0	183,4	30,5	159%	21,6	7,6	48	8,0	122%
Biguaçu	413	45,2	988,6	59,3	139%	148,3	16,2	311,1	18,6	110%
Florianópolis	6.340	71,8	12.889	75,8	103%	1.289	14,6	2.582	15,2	100%
Gov. Celso Ramos	64	53,2	144	48,7	125%	36	29,9	84,9	28,7	136%
Palhoça	1.100	52,6	2.900	64,2	164%	316,2	15,1	832,8	18,5	163%
Paulo Lopes	63,4	52,1	89,8	50,7	42%	18,9	15,5	36	20,3	90%
Sto. Amaro da Imp.	146	36,4	300	37,6	106%	48,6	12,1	110,4	13,8	127%
São José	2.759	67,1	5.843	70,6	112%	518	12,6	1.096	13,2	112%
São Pedro de Alc.	14	36,7	29	38,2	105%	12,8	33,1	27,9	36,7	118%
TOTAL DO AP	11005,8	64,7% do AP	23426,9	69,8% do AP	113%	2424,7	14,3% do AP	5160,6	15,4% do AP	113%

Fonte: IBGE - Cidades. Elaborado pelas autoras.

Os percentuais representativos do PIB de Serviços e Administração Pública foram os que apresentaram avanço entre 2010 e 2018 no Arranjo. O primeiro teve um crescimento de



113% no período, passando do valor de 11 bi (64,7 % do PIB total do Arranjo) para 23,4 bi (69,8% do PIB total do Arranjo). Com exceção de Paulo Lopes e Águas Mornas, todas as cidades tiveram crescimento percentual do valor de PIB municipal de Serviços acima de 100% (desde Florianópolis com 103% de crescimento até Palhoça com 164%). As 4 cidades com maior PIB no Arranjo também são as cidades com a maior representatividade do PIB de Serviços perante o PIB total do município (Biguaçu com 59,3%, Palhoça com 64,2%, São José com 70,6% e Florianópolis com 75,8%). O setor demonstra ser o de maior dinamismo e crescimento no Arranjo, numa configuração tipicamente metropolitana.

Mattei e Heinen (2021), ao analisarem a distribuição dos vínculos formais de trabalho por mesorregião catarinense, observam que houve crescimento à taxa de 5,7% ao ano na Grande Florianópolis entre 2001 e 2014, mas a taxa cai para 0,1% ao ano entre 2014 e 2018. Os autores analisam também a distribuição dos postos de trabalho por ramo de atividade econômica, onde pode-se perceber que o setor de serviços é o que apresenta o maior crescimento na região metropolitana. Em 2001 oferecia 81 mil postos de trabalho, o que correspondia a 33% dos postos da região, no mesmo patamar dos empregos oferecidos por serviços públicos. Já em 2018 passou a oferecer 216 mil postos, passando a representar 45% dos postos de trabalho da região, enquanto os serviços públicos passaram ao número de 103 mil e a representatividade de 21%, próximo aos postos do comércio, com 90 mil e 18% de representatividade. Apesar da relativa perda de representatividade regional, Florianópolis ainda apresenta 40% dos empregos de administração pública do estado de Santa Catarina. Sobre os setor de serviços, os autores explicam:

Apesar de contar com alto grau de informalidade, o segundo setor mais expressivo no estado é o de serviços. A maior parte deles se concentram na Grande Florianópolis, que abriga a capital do estado, um grande polo universitário e conta com forte presença dos segmentos imobiliário e de turismo. [...] Como consequência, esse setor foi o que mais gerou empregos formais no estado, tanto antes como depois da crise econômica. No período anterior à crise, o melhor desempenho foi verificado na Grande Florianópolis (8% ao ano), onde os serviços cresceram 10,8 p.p. em termos relativos.[...]. A participação do setor na Grande Florianópolis passou de 33,7%, em 2001, para 44,5% VFT, em 2014. Os principais segmentos responsáveis por essa expansão foram o das atividades profissionais técnicas e administrativas e de alimentação e alojamento, que no período representaram a geração de 54 mil e 43 mil VFT, respectivamente. O ensino contribuiu com outros 15 mil vínculos formais de trabalho.[...] (MATTEI; HEINEN, 2021, p. 243)

Em relação ao PIB da Administração Pública, todas as cidades apresentaram crescimento alto, apenas Paulo Lopes com menos de 100%. Os PIBs bilionários estão presentes apenas nas 4 maiores cidades, o maior deles em Florianópolis (2,6 bi). A



representatividade do PIB de Serviços Públicos perante o PIB geral do Arranjo passou de 14,3% em 2010 para 15,4% em 2018, dado fundamental para a configuração da atratividade do tipo city-ness.

O dado que nos chama atenção quanto ao seu desequilíbrio é o PIB per capita. As cidades de Paulo Lopes e Águas Monas foram as que tiveram menor crescimento do seu PIB e também do seu PIB per capita no período. Em todas as cidades o crescimento percentual do PIB foi superior ao crescimento percentual do PIB per capita.

Com exceção de Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz, em primeiro e quarto lugar em termos de PIB per capita, as cidades com menor PIB são também as com menor PIB per capita (Águas Mornas, Paulo Lopes, Gov Celso Ramos e São Pedro de Alcântara). Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz são as duas cidades com maior percentual do PIB dedicado à indústria. São José é a cidade com segundo maior PIB per capita, seguida de Florianópolis, Palhoça e Biguaçu.

5 Considerações Finais: metropolização e aprofundamento de desigualdades

Essa análise comparativa dos dados da Regic 2007 e 2018 sobre Florianópolis demonstrou a necessidade analítica de ir além das estatísticas para compreender o fenômeno da metropolização. Não obstante o IBGE venha incorporando em seus métodos as discussões contemporâneas mais avançadas em termos de rede urbana, nota-se que o estudo não fala por si. Conforme Bastos e Casaril (2016, p.283), “O importante é compreender que para desvelar uma dada rede urbana, a análise de sua gênese e dinâmica se torna imprescindível e, deve ser buscada em seu processo histórico, atribuindo a rede uma natureza social, tornando-a uma dimensão sócio-espacial, que reflete e condiciona a sociedade que a produziu”.

Neste sentido, uma análise aprofundada da formação socioespacial da região metropolitana é necessária para compreender as verdadeiras causas do processo de metropolização, que, conforme aponta o próprio IBGE (2020, p. 29): “podem ser da dinâmica econômica regional e nacional, tendências históricas observáveis no decorrer de décadas, eventos singulares como grandes projetos econômicos, alterações de infraestruturas de transporte e mobilidade, questões migratórias, dentre outras”. O presente artigo, portanto, abre um leque de questões com possibilidade de aprofundamento em pesquisas futuras. A análise comparativa fez emergir a ideia de que a metropolização foi conduzida pela atração de Florianópolis enquanto pólo de gestão do território a partir de investimentos públicos (no



contexto desenvolvimentista do Estado nacional entre 2003 e 2016) e privados (no contexto da mundialização do capital e da acumulação flexível). A análise da composição e movimento do PIB e dos empregos dos municípios do Arranjo demonstraram com clareza o protagonismo dos serviços e da administração pública, ressaltando aspectos típicos de contextos metropolitanos, respectivamente, o desenvolvimento do setor terciário e a importância da gestão do território.

Além das causas, pesquisas posteriores deverão elucidar as consequências do processo de metropolização, que, a nosso ver, parecem representar o aprofundamento da segregação socioespacial na região. Sobre isso, também o IBGE (2014, p. 12), expressa que: “Partes do território, segundo essa lógica, passam a se conectar diretamente ao mercado global, enquanto outras permanecem com uma dinâmica mais baseada na contiguidade. [...]]. Essa nova centralidade acaba por aumentar a desigualdade entre as cidades, assim como no interior do tecido urbano.

Neste âmbito, pesquisas como a de Alves e Baeninger (2018, p. 10) já apontavam que os níveis de "re-emigração", em direção a municípios do entorno metropolitano, se constituem como uma das características desta metrópole recente: “Os trabalhos de Maricato (2000), de Grostein (2001) e de Brito e Souza (2005), apontam a remigração de expressivos contingentes populacionais da cidade sede para os municípios do entorno metropolitano como uma das principais características do atual processo de desenvolvimento das metrópoles brasileiras”

Por se tratar de uma capital, onde o peso das ações governamentais são ainda maiores, e onde o processo de metropolização se conduz pela força polarizadora da gestão do território, por um lado pelos investimentos públicos e em por outro pelo capital, os processos de segregação são ainda mais violentos. Os históricos problemas da cidade e da região metropolitana com o transporte público vêm reforçar essa tendência, e a implantação dos conjuntos habitacionais MCMV são um indicador. Conforme analisado por Souza e Sugai (2018, p.88), o maior número dos empreendimentos do MCMV localizam-se na periferia da área conurbana de Florianópolis:

De acordo com a Caixa Econômica Federal, até o mês de junho de 2016, 12.379 unidades habitacionais foram contratadas nos quatro municípios da área conurbada de Florianópolis. Dessas unidades, 49,5% localizavam-se no município de Palhoça, 26,3% em São José e 16,4 % em Biguaçu. Florianópolis, por conta da segregação socioespacial e do alto preço dos terrenos, abordado no item anterior, contava com 7,75% dos empreendimentos, dois deles situados na área continental e quatro na ilha de Santa Catarina, sendo, na ilha, apenas empreendimentos das faixas de renda 2 e 3.



Por fim, destaca-se a dificuldade em comparar os resultados da Regic 2007 e 2018 sem estabelecer um paralelo entre os Censos, já que o previsto para 2020 foi adiado em função da pandemia e não tem previsão de se realizar em 2021. De qualquer forma, este mergulho analítico nas pesquisas do IBGE, partindo das Regics, passando pelas pesquisas sobre Gestão do Território, Arranjos Populacionais e dados do Censo nos fez perceber ainda mais o rigor com que os trabalhos são desenvolvidos, e seu potencial para embasar o orientar políticas públicas e processos de planejamento urbano e regional.

Referências Bibliográficas

ALVES, Pedro Assumpção, BAENINGER, Rosana Aparecida. **Região Metropolitana de Florianópolis: migração e dinâmica da expansão urbana**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, 2018. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3389/3248>>. Acesso em 13/05/2021.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. **A formação sócio espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Geosul, Florianópolis, v. 31, n.62, p 271-298, jul./ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2016v31n62p271/32607>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018 - Nota Metodológica**. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101729>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Gestão do Território**. 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286286>>. Acesso em 13/05/2021.

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva
15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299700#:~:text=Como%20resultado%2C%20foram%20identificados%20294,m%C3%A9dias%20e%20grandes%20concentra%C3%A7%C3%B5es%20urbanas>>. Acesso em 13/05/2021.

LIPIETZ, Alain. **Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização**. Ensaios FEE, Porto Alegre 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2180126#:~:text=Alain%20Lipietz**&text=%22Miss%C3%B5es%20de%20produtividade%22%20enviadas%20aos,dois%20pa%C3%ADses%20foram%20completamente%20transformadas.>> Acesso em 13/05/2021.

SANTOS, Milton. **Revisão da Teoria dos Lugares Centrais**. In: Economia Espacial: Críticas e Alternativas. 2ª Edição, Edusp, São Paulo. 2003.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Evolução da distribuição do mercado formal de trabalho nas mesorregiões de Santa Catarina entre 2001 e 2018. Geosul. V. 36, n. 78, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/74692>>. Acesso em 13/05/2021.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional**. In: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Mauricio Golçalves; O'NEILL, Maria Monia Vieira Caetano; SOUZA, Mauro Sérgio Pinheiro dos Santos. **Considerações sobre a organização do território e os processos de integração e articulação**: Aplicações nas pesquisas urbanas do IBGE. Revista Brasileira de Geografia, v. 64, n.1, 2019. Disponível em: <<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2173>> Acesso em 13/05/2021.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, p. 75-98, Abril. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000100075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/05/2021.

VIEIRA, Graciana S. de D.; NAPOLEÃO, Fábio; ROCHA, Isa de Oliveira. **Contribuição ao estudo da rede urbana de Santa Catarina - Brasil**. In: 14 EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina: 'Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos', 2013, Lima, Perú. Anales do 14 EGAL, 2013.



X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva
15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021